

promontoria

Revista de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve

Ano 13 - N.º 13
2020 - 2021

Editor

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Universidade do Algarve
Campus de Gambelas, Faro
promontoria@ualg.pt

Comissão Editorial

António Paulo Oliveira
Maria João Valente
Renata Malcher de Araujo

Conselho Científico

Cláudio Torres (Campo Arqueológico de Mértola)
Cristiana Bastos (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)
Joaquim Romero Magalhães (Universidade de Coimbra)
Jorge Alarcão (Universidade de Coimbra)
José Eduardo Horta Correia (Universidade do Algarve)
Jean Pierre Molenat (Centre National de la Recherche Scientifique, França)
Lawrence G. Straus (University of New Mexico, Estados Unidos da América)
Maria Jesus Viguera (Universidad Complutense de Madrid, Espanha)
Michael Kunst (Deutsches Archäologisches Institut, Alemanha)
Pedro Dias (Universidade de Coimbra)
Zília Osório de Castro (Universidade Nova de Lisboa)

IMPRESSÃO

Gráfica Comercial – Loulé
geral@graficacomercial.com
www.grficacomercial.com

TIRAGEM

250 exemplares

ISSN 1645-8052

DEPÓSITO LEGAL N.º 199519/03

HOMENAGEM

Natureza e vontades: divagações sobre Geografia e História

Joaquim Romero Magalhães
Doutor Honoris Causa pela Universidade do Algarve
Prof. Jubilado da Universidade de Coimbra

“En réalité, du rôle, de l'influence du milieu géographique
sur les sociétés humaines, nous ne
savons rien encore que de menus détails.”
Lucien Febvre, 1922

Introdução

A natureza põe e o homem dispõe? Ou a natureza dispõe e o homem põe? “A sociedade é o sujeito e a natureza o objeto”, escreveu o geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade. Um outro autor, Claude Raffestin prefere dizer que “geografia é uma produção social marcada pelo selo da historicidade.” Mas em certas situações não é de descartar que ocorra o contrário. Dê-se as voltas que se der, há uma íntima relação entre os dois fatores: o natural (que as vontades humanas não podem determinar ou contrariar) e o das vontades humanas (a que a natureza afinal não se consegue impor de todo). Relação que se subsume numa dialética sem termos definidos. E menos determinismos, fatalismos ou sequer possibilismos. Relações a serem averiguadas empiricamente pelos acontecimentos e reações que a eles se seguiram. Reações coletivas, embora por vezes encabeçadas por um governante com os poderes de impor ou de escolher uma solução.

Em 1 de novembro de 1755 um sismo violento seguido de incêndio destruiu grande parte de Lisboa: pouco tempo passado e no mesmo sítio ergueu-se uma nova cidade; em 1960, uma ridente povoação da costa marroquina, Agadir, – não comparável a Lisboa na sua dimensão nem ocupação populacional – foi engolida por um sismo: Mohammed V, rei de Marrocos (Allaite descendente do Profeta), de imediato declarou: “se o destino decidiu a destruição de Agadir, a sua reconstrução depende da nossa fé e vontade.” E logo em seguida no mesmo sítio se ergueu uma nova cidade, bem simpática e agradável. Nem em Lisboa, nem em Agadir, foram estes os primeiros sismos violentos que as destruíram. Nem por isso deixaram de se refazer. E que dizer de São Francisco da Califórnia arruinada mais que uma vez (com destaque para o grande terramoto de 1906, como o de Lisboa seguido de incêndio) e de outras cidades e povoações que em Itália, na Turquia, no Japão, no Chile ou na Indonésia a natureza implacável tem destruído? E que não se esqueça o sismo que arruinou Angra do Heroísmo e outras localidades açorianas no alvor de 1980. A que se seguiu notável reconstrução.

Na ilha do Fogo no arquipélago de Cabo Verde, até dentro da cratera do vulcão que estivera ativo em 1951, se refez o povoamento e a produção agrícola... até nova irrupção ocorrer – e assim foi, em 1995, para ainda se reacender em 2014. Na ilha do Faial, nos Açores, no entanto, o que resta da atividade do vulcão dos Capelinhos (de 1957 e 1958) ainda não permitiu o assentamento de uma agricultura nas cinzas que trouxeram desolação e esterilidade ao extremo ocidente da ilha do Faial. Talvez por a população ter em grande parte emigrado e não permanecido nas proximidades. Porque nem sempre a reação dos grupos é a mesma em situações de perigo e de catástrofe.

O acidente que estraga e mesmo arrasa construções humanas não ofusca as vantagens que se pensa a situação anterior tinha por si – sítio e posição das cidades que por isso se reocupam e reconstroem. Porque, apesar de muitas adversidades, os homens voluntariamente não abandonaram os locais dos desastres e tornaram a erguer as povoações e voltaram a habitá-los como se nada de contrário a essa vida de relação social tivesse ocorrido. As comunidades humanas são assim, teimosas e agarradas aos lugares e aos caminhos e articulações de todo o tipo que se tecem ao longo de anos, na dimensão de séculos muitas vezes. Recorde-se como Berlim, dividida e cercada (1945), pôde manter-se como centro económico ativo para no momento azado recuperar a sua posição de capital da federação germânica (1989).

Na Europa, poucas são as criações modernas de cidades e vilas. Os homens preferem manter-se agarrados ao velho e provado do que arriscar um novo que se ignora. Por vezes essas teimosias mostram-se incapazes de destruir o apego a um sítio, a uma posição, a uma convergência de caminhos que lhes parece serem os que convêm. Os homens são teimosos, e têm de se confrontar com uma natureza que manifesta também as suas aparentes birras, e algumas bem persistentes. Natureza e vontades, afinal, mais do que causa e efeito – seja qual for o termo de partida – condicionam-se mutuamente. Ora uma, ora outras a dominar e a impor-se.

Caprichos parecem algumas manifestações da natureza enquanto afloramento de causas e de relações desconhecidas, que a ciência ainda não consegue dominar e por isso prever. Porque sem uma sequência conhecida que anuncie o que aí vem, a terra treme ou a terra se incendeia. Porque tal como os sismos, as irrupções vulcânicas ocorrem sem aviso e provocam desastres imensos. Os vulcões derramam-se em ondas de lava que esterilizam a terra por uns tempos – mas porque a lava riquíssima em sais minerais mais tarde pode dar em terrenos de grande fertilidade então os homens voltam e tornam a ocupar as áreas onde elas escorreram e arrefeceram, não ignorando que em pouco tempo a natureza se encarregará de novo de afugentá-los. Pompeia desapareceu? Sim. Mas o seu entorno ainda hoje é densamente ocupado; as terras da Ilha do Fogo que foram várias vezes engolidas em breve retomaram a sua população que se reinstalou para

fazer render aquilo que se semeia. E aí vão de novo os homens tentar o que já sabem não poder durar muito. Inumeráveis exemplos.

Quando os acidentes são da ordem da defesa, os grupos humanos não têm a mesma teimosia e decidem mudanças que se tornam definitivas. Pelo que se dá o abandono de sítios e de posições: no século II desaparece a cidade celtibérica de Numância, constatada a impossibilidade de evitar o colapso perante o cerco e assalto das legiões romanas. E semelhante abandono acontece depois em Conimbriga (cidade do século II), que atacada pelos suevos no século V (que lhe cortam o abastecimento em água) transfere a população para a vizinha *Æminium* a que mesmo emprestará o nome. A imensa Citânia de Briteiros exemplar da cultura castreja influenciada pela ocupação latina será abandonada sem retorno no século III. No século II a. C. a opulenta Cartago dos púnicos foi arrasada e o seu solo salgado para que sobre ele nada tornasse a crescer. Entre os séculos V e IX será a vez da população de Ammaia se dispersar fazendo esquecer esse estabelecimento romano do século I a. C. São acidentes da história, em que o condicionalismo geográfico pouco ou nada interfere. Petra, Machu-Picchu, Timgad, e outras cidades foram perdidas e reachadas apenas como veneráveis ruínas. Mas está apurado que Tróia foi sendo reconstruída, camada sobre camada, antes de um esquecimento total. Pelo contrário, Hiroshima e Nagasaki viram-se em parte restauradas e recuperaram a sua importância no conjunto industrial e urbano nipónico.

Muitas terão sido as razões da decadência e do abandono de cidades e de posterior olvido que a algumas sucedeu. Mas há sempre que supor que as condições de vida terão obrigado os habitantes e procurar outras paragens onde angariar uma subsistência lhes seria menos penoso e em que as relações com os povoados vizinhos se mostrassem facilitadas – por estradas e caminhos e sobretudo por rios navegáveis. Sem nunca esquecer a defesa que se tornava central em civilizações nada ou pouco policiadas.

Mas nem sempre das mesmas razões resultam as mesmas soluções: Hamburgo em 1943, Dresden também arrasada depois dos bombardeamentos de 1945 onde pela recuperação se procurou em boa parte imitar o anterior (como foi feito também em Budapest). Pelo contrário em Rotterdam, porque quase nada escapou das construções anteriores aos bombardeamentos de 1944, os poderes políticos locais decidiram de imediato reerguê-la. Contudo planearam de novo e como nova uma cidade, no delta do Reno – de que resultou uma novíssima aglomeração de admirável arquitetura moderna. Foi afinal o mesmo critério que Pombal, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel usaram e executaram quase duzentos anos antes com a reconstrução pombalina de Lisboa – a cidade das Luzes que substituiu o centro de uma cidade milenar. E ainda, para citar outro famoso exemplo, sobre as ruínas de Tenochtitlán se ergueu a cidade do México, em 1521, permanecendo como sítio da cidade e sede da autoridade política (palácio do governador e catedral) – centro com Motecuhzoma refeito com Hernán Cortés. “A

permanência dos estabelecimentos é proporcional ao património acumulado no local, aos melhoramentos realizados, às relações adquiridas.” Assim escreve Vidal de La Blache (1946:229). Devia ter ainda acrescentado que a memória dos homens também força a esse querer permanecer para além de tudo o mais.

No equilíbrio (ou desequilíbrio) entre os acidentes naturais e a vontade dos homens se percorre a vida social das gentes. Que se estuda em convergência e tentativas de acertar nas disciplinas de perscrutação do espaço – a Geografia – e do tempo – a História. Espaço e tempo, coordenadas essenciais do conhecimento (e da racionalidade, ou formas a priori da sensibilidade, na linguagem de Kant), que permitem em conjunto traçar caminhos para se atingir uma composição harmoniosa da vida em sociedade. Se uma visa interpretar as formas e o mecanismo da paisagem outra procura compreender e explicar o que mudou e o que permaneceu nas sociedades humanas. A leitura e interpretação de cidades e campos, de aglomerações e dispersões impõe-se-nos, com os aspetos que as provocam e favorecem e os obstáculos que se lhes opõem, que o contrário e mesmo o contraditório nunca estão ausentes numa mesma realidade. A homogeneidade e a perfeita coerência não são da profunda realidade das sociedades humanas. Como os homens atuam sobre a paisagem, seja ela urbana ou rural, alterando e fazendo com que nela se dê resposta aos propósitos da sociedade. Agir sobre a natureza tem sempre os seus limites. As intervenções não podem ir além do que lhe for tolerável. Sob pena da impossibilidade de concretização. Sempre tendo em conta que não é garantido que as mesmas causas produzam os mesmos efeitos.

Mas embora considerando estes pressupostos, e antes de mais nada, ao cientista social convém examinar os dados elementares da natureza (seja ele geógrafo, historiador, etnólogo, sociólogo, antropólogo, economista ou o que seja). Dos mais apetecíveis na aparência (em que a natureza parece mais generosa), aos mais inóspitos e repulsivos (contrariando as condições e condicionalismos naturais). “Quem quiser trabalhar utilmente no estudo das relações do meio com as sociedades humanas deve possuir sem dúvida o conhecimento aprofundado deste meio, e a inteligência exata da verdadeira natureza e do carácter próprio das sociedades humanas.” Assim se exprimia, há quase cem anos, Lucien Febvre (1922:439). No entanto, há que recordar que a tudo os homens se adaptam e que das adversidades conseguem mesmo muitas vezes tirar vantagens. Sobre as disposições naturais, há que contar com o passado e aquilo que os tempos foram trazendo e mesmo provocando. Além dos propósitos e intenções para futuro. Porque nem sempre as condições naturais explicam tudo: o algodão que compõe o fio de Escócia não é produzido nas latitudes quase boreais do norte da Grã-Bretanha. Mais próximo, os cafés Delta iniciam a sua atividade em Campo Maior, a muitos milhares de quilómetros das áreas de produção do café, mas à vista da fronteira e do mercado espanhol que explica a sua fundação e radicação – talvez o aproveitamento de uma velha rota de contrabando esteja na origem da escolha.

Porque sobre tudo o que a natureza impõe vem a inscrever-se uma realidade económica que tem outras preocupações e muitas vezes descarta o aproveitamento do local que a geografia pareceria aconselhar em benefício do que lhe convém. Como que forçando a realidade. Em *A cidade e as serras* (1901) Eça de Queirós põe uma das personagens a perguntar se na Birmânia haveria esmeraldas: “Mas, ao menos, estão feitos os estudos? Já se provou que há esmeraldas?” Ao que um outro comparsa, exasperado, responde: “Esmeraldas! Está claro que há esmeraldas!... Há sempre esmeraldas desde que haja acionistas.” O capitalismo tem razões que a razão desconhece.

Apesar desses desvios e modos de torcer a natureza, os domínios da história conjugada com a geografia exercem uma forte presença nas decisões das sociedades – embora fugindo de um qualquer determinismo. Mas nunca pode ser ignorado o estudo do tempo e do espaço quando se procura compreender e explicar a realidade. Se haveria ou não esmeraldas em Burma, era questão a decidir pelos gananciosos investidores em Paris, na caricatura de Eça. Pelo contrário, não é difícil perceber que o senhor Hans Stern (1922-2007), alemão naturalizado brasileiro, atento colecionador fascinado por belas pedras, se tenha fixado no Rio de Janeiro para produzir com desenhos originais uma notável linha de jóias a partir da pedraria colorida que a generosa natureza permite que se extraia nas minas do Brasil. Devidamente qualificada por gemólogos competentes e trabalhada por artesãos de grande perícia.

Natureza e vontade dos homens em conjugação ou confronto. E passado, e hábitos, e não apenas objetivos. Relação que não é nunca unívoca, São determinantes as formas mentais dos decisores – que o mesmo é saber o seu passado. De que não podem livrar-se. Ao instalar-se nos territórios do Novo Mundo que haviam de compor a capitania de Duarte Coelho, por 1534, no que seria Pernambuco, os colonos portugueses procuraram no alto de uma colina o sítio da cidade a fundar: foi Olinda. Era a defesa primordial a ser de indispensável consideração, ao jeito do que em Portugal fora a regra – e assim também em toda a bacia do Mediterrâneo. Alcandorar os núcleos defensivos das povoações em elevações junto de um porto de mar ou fluvial ou de uma planície fértil. E assim nessa base arrancou a colonização. Passados uns cem anos, aí chegam os colonos vindos dos Países Baixos: destroem Olinda e eliminam do poder local a oligarquia canvieira; para em seguida instalarem a sua sede de governo e principal cidade na margem dos largos estuários da confluência dos rios Beberibe e Capibaribe e em ilhas nesse delta, fundando a cidade do Recife. A povoação portuguesa erguera-se no cimo de um monte, a neerlandesa vai instalar-se sobre as águas. Porque sempre, no dizer de Lucien Febvre, “entre “o homem” e o “produto natural” se interpõe a ideia” (Febvre, 1922:200). Porque o homem é o árbitro, o homem escolhe.

Duas concepções diferentes, com raízes no passado, culturas e diferentes experimentados modos de vida. A natureza não apontava para uma escolha

obrigatória; a decisão seria dos homens e das suas vontades. Em que os seus passados e hábitos e concepções são mais determinantes do que as condições naturais – os portugueses não vão para cima das águas, os holandeses fogem ou não apreciam o topo das elevações. Problemas de atavismo cultural que se exibem sem dificuldade. Em que as escolhas das sociedades se inscrevem na possibilidade da sua concretização – sem que se tome o possibilismo como cânon ou teoria a ser sempre respeitada. O que se nota bem nos recursos postos à disposição dos grupos humanos. “A natureza forneceu ao homem materiais que têm exigências próprias, facilidades especiais e incapacidades também, que se prestam mais a certas aplicações do que a outras; nisso ela é sugestiva, mas por vezes, restritiva. Contudo, a natureza age só como estímulo.” (La Blache, 1946:262). Como escreveu há muito Henri Berr, há sempre que procurar delimitar com rigor “a relação que existe entre o meio natural e a atividade dos habitantes.” Mas da atividade há que passar para relações mais amplas e mais explicativas – porque atividade pode muito bem significar apenas a subsistência. Ou, como seria o caso em Pernambuco, ambos os grupos sociais se dedicavam à cultura da cana-de-açúcar, embora tivessem habitats bem dissemelhantes.

Quando nos anos críticos da segunda década do século XX o clero português entendeu estabelecer um grande centro de peregrinação fê-lo a partir de um episódio da religiosidade popular sem pretender reunir condições físicas que abonassem ao local as facilidades de uma situação favorável ao crescimento das relações pretendidas. Que foi preciso reunir e que vieram depois somar-se ao local quando os crentes adotaram a proposta que lhes fora apresentada e propagandeada. Porque nem rodovias, nem caminho-de-ferro, nem água, nem população residente marcavam vantagens ao território em redor da dolina designada por Cova-da-Iria onde cresceu a devoção que geraria a cidade de Fátima. Só contou a vontade dos decisores eclesiásticos e o acolhimento popular que lhe seguiu. Fé e vontade, outra fé e outra vontade, poderia ter dito o cardeal Cerejeira.

As vicissitudes do tempo de confronto político interno (sidonismo) e de guerra mundial (1914-1918) podem ajudar a que se perceba o grande afluxo de gente ao local em 1917, gente ansiosa por uma intervenção da divindade. Só a história se pode invocar para tentar a explicação do fenómeno, que a geografia não proporcionava nem tampouco favorecia. Os centros de peregrinação da fé católica não parece terem na sua base caracteres geográficos comuns: seja Santiago de Compostela ou Loreto, Lisieux ou Lourdes, ou ainda Czestochowa na Polónia. E o mesmo se poderia dizer de Aparecida no Brasil ou de Guadalupe no México. Em outras crenças, sequer Meca na aridez da Arábia, Lhassa nas montanhas do Nepal ou Varanasi no Hindustão às margens do Ganges resultam de imperativos do meio. Não parece que haja algum traço comum de natureza física entre os vários centros, que resultaram de escolhas míticas de dirigentes religiosos ou de radicação de comunidades de fiéis que conseguiram agir como agregadoras de sensibilidades.

A fixação das capitais dos Estados mostra bem como a manifestação da vontade dos homens prevalece sobre os dados que a natureza mostra, proporciona ou mesmo impõe. A fixação de Washington para capital da federação americana não teve razões económicas ou naturais a sustentá-la – embora belo seja o seu sítio e excelente a sua conceção por Pierre Charles l'Enfant. Menos ainda Brasília, a criação *ex-nihilo* que a energia de Juscelino Kubitchek de Oliveira decidiu e concretizou (1956-1960), com urbanização inovadora de Lúcio Costa. Invocaram-se razões e motivos geométricos de distâncias para a escolha da posição, sem que outras e ponderosas vantagens pudessem ser chamadas à colação – a *secura* do ambiente, apesar das lagoas artificiais, não foi vencida. E a nova capital obriga a uma como que redefinição do continental Brasil. Implantação difícil, porque a natureza nem sempre complacente, tem impedido ou dificultado o traçado de estradas que a selva engole impiedosamente – assim a imensa rodovia estruturante Belém-Brasília que em alguns troços se continua a tentar que se torne operacional, ainda sem êxito completo. Porque a floresta tropical não se deixa facilmente dominar, e nem sempre o avanço técnico consegue superar os obstáculos naturais.

Perante a realidade social, política e cultural, os homens retraem-se, vencidos, ou avançam, contra tudo e mesmo contra todos. E erguem cidades sobre falhas tectónicas, ou edifícios sobre massas geológicas estruturalmente inadequadas a suportar pesos – com que custos há que arcar para endireitar os prédios na avenida que bordeja a baía de Santos... Porque nem sempre as vontades se deixam subordinar a imperativos naturais. Além da ignorância ou falta de conhecimentos de que os decisores políticos muitas vezes estão dotados, para infelicidade dos povos. Pelo que instalações e obras por vezes aparentemente bem decididas acabam por ser abandonadas ou simplesmente não aproveitadas.

Divagações sobre geografia e sociedade, chamei a este discorrer sobre realidades historicamente conhecidas. Porque a geografia retrospectiva, assim o entendia Fernand Braudel na sua tentativa de criar e estabelecer uma geo-história, é “o estudo da sociedade no espaço” (Braudel, 1997:78). Pelo que é preciso que os homens sejam tomados no seu tempo e na sua complexidade. Que é um todo; mas pretender abarcar o todo seria pretensioso. Porque, e sem procurar defender o nosso campo de estudo do passado, a história revela-se sempre indispensável ao domínio do conhecimento da realidade envolvente. História e histórias a considerar num mesmo espaço – porque há sempre que resolver a relação entre a história da natureza e a história das sociedades humanas.

História de muitos anos, história de longa duração (mesmo quase imobilidade estrutural) a que nos mostra o afundamento de Pompeia nas lavas do Vesúvio, a que pode juntar-se uma outra história de poucos anos, que nos traz Agadir ou Angra apesar das suas reconstruções bem conseguidas. Geografia retrospectiva e história espacial são disciplinas indissociáveis, quando se pretende analisar o meio que nos envolve nas suas relações com a sociedade. E por isso

uma interligação indispensável, sobretudo quando estamos perante a realidade regional. Não que em espaços mais amplos se dispense a consideração convergente das várias disciplinas. Porém, em áreas menos extensas, há sempre que conseguir essa articulação e explicação mútua para nos aproximarmos do objeto do conhecimento que procuramos. Talvez se possa mesmo perguntar se há história sem geografia ou geografia sem história. O tempo e o espaço não podem nunca ser dissociados. A menos que não interesse explicar a realidade social. E a Natureza, na sua grande estabilidade, obriga-nos a ver os grandes conjuntos, nos quais se vão inserir as variedades que sustentam as unidades estruturais.

Domínios de estudo convergentes e mutuamente indispensáveis, com tempos e passados bem diferenciados. No entanto, campos de conhecimento não muito distantes na constituição de um núcleo de métodos e processos que se querem científicos. Embora com riquíssimos e muito remotos antecedentes, a Geografia como ciência data do século XIX – e o mesmo acontece com a História – estudo cientificamente conduzido como queriam Marc Bloch e Lucien Febvre. Sem que aqui se retenha o que de significativo se deve a ilustres precursores. Com o desenvolvimento dos diplomas universitários específicos e com a multiplicação dos trabalhos especializados produz-se uma volumosa investigação que conduz a um enorme aperfeiçoamento temático e metodológico. Trajetórias separadas, mas muitas vezes convergentes. As próprias disciplinas tendem a fragmentar-se enquanto adquirem estruturas próprias e se autonomizam. Nenhum autor pode dominar tudo o que uma área de investigação pode e quer abranger. Pelo que novos campos se criam e exploram e, sobretudo, desenvolvem. Mas só quando bem definida em objeto e métodos, alguma disciplina se consegue autonomizar. Mesmo que o objeto seja apenas parcial, relativamente ao total anterior. Ocorre uma como que multiplicação das especialidades, instituindo-se mesmo uma geografia aplicada. Geografia imaginária, geografia fantástica, que também pode funcionar como mito impulsionador de descobertas e de avanços no conhecimento do real. Assim o mito da Ilha Brasil, que poderá ter motivado expedições bandeirantes que afinal mostraram novas terras e novas gentes. Geografia maravilhosa ou geografia mítica como lhe chamou Sérgio Buarque de Holanda. Do mesmo modo história antiga, medieval, moderna ou contemporânea, política, cultural, económica, das mentalidades, e bem mais ainda...

A formação dos Estados (história) e as vicissitudes das fronteiras do seu território (geografia) até atingirem limites estáveis e aceites pelos vizinhos, têm atraído a atenção de historiadores e de geógrafos. Fronteiras voluntárias e fronteiras involuntárias (Xavier de Planhol). Traçados que não poucas vezes resultam de como se suspenderam ou trataram os conflitos, que não de uma qualquer busca de delimitações tidas como naturais. Nem uns nem outros dispensando a necessidade de disciplinas outras que lhes trazem elementos auxiliares de compreensão e de explicação necessários. Se é que as ambições dos homens poderosos são

estudadas por alguma específica disciplina. E há insanidades, como as suscitadas pelas tentativas loucas de obter um espaço vital (*Lebensraum*) ou um perigoso conflito por um qualquer outro pedaço de uma apetitosa península no Mar Negro. Para que se invoque uma teoria pretensamente científica, por alguns designada geopolítica, desrespeitosa do tranquilo viver dos povos. Sem ser uma posição decorrente da geografia, o respeito pela decisão dos povos com respeito à sua autodeterminação ou à sua independência bem merece ser acatado – conforme já em 1919 se havia instituído e se encontra incorporado nos princípios do direito internacional. Tornando a citar Lucien Febvre, “os Estados são amálgamas de fragmentos, junção de bocados separados de regiões naturais diversas e que se completam umas e outras, e que se cimentam, e que fazem uma unidade real das suas diversidades associadas” (Febvre, 1922:378). E há que relacionar a marcação de fronteiras com a eclosão e por vezes mesmo exacerbação da ideia de nação e dos sentimentos nacionalistas.

História e Geografia: disciplinas indispensáveis em conjugação e convergência para se tentar entender a gênese e o desenvolvimento das unidades políticas a que chamamos Estados – unitário, federal ou confederal. Porque não há que supor que o todo que se constitui como instituição nacional se instale a partir de um território predisposto ou como que destinado a essa construção. Pode mesmo perguntar-se – como Fernand Braudel fez na sua *L’identité de la France. Espace et Histoire* – se a geografia fez a França. Pergunta que não serve apenas para a pátria de Vidal de La Blache. O que implica retornar ao possibilismo, expressão usada por Lucien Febvre para melhor situar a importância da geografia no percurso histórico da nacionalidade que se cristaliza num Estado. Geografia que enquadra os vários percursos disciplinares que explicam que fatores e mesmo acasos terão contribuído para “dar unidade e consistência” à constituição de um Estado.

Há que procurar “possíveis condições”, sem reduzir a um elemento apenas o decisivo papel nas origens (Ribeiro, 1987:20). Há que conhecer o que contribui para tornar viável uma formação política e saber o que garante a sua continuidade. Mas sempre acaba por se concluir que não há uma ideia de “individualidade geográfica” que explique e justifique a eclosão e permanência de um Estado. A vontade dos homens, das sociedades, prevalece sobre quaisquer fatores naturais. E mesmo depois de muitos anos passados, podem manifestar-se pulsões irredentistas que pretendem conduzir a vias de separação por vezes inesperadas – veja-se os casos bem atuais da Escócia e da Catalunha. E não muito longe ficam as propostas da Liga do Norte italiana. Estados resultantes da vontade das sociedades humanas, que muitas vezes não resistem ou resistem mal a impulsos desagregadores. Recorde-se que a Jugoslávia não aguentou unida à morte do último leader unificador Josip Broz Tito (1980).

O caso português e a sua separação do conjunto peninsular, que geógrafos e historiadores têm procurado explicar é bom exemplo. Como já foi dito e mesmo

ênfatisado, a “identidade nacional portuguesa é, portanto, unicamente uma construção histórico-social” (Moraes, 2000:121). O que poderá ser retomado a propósito de qualquer outra unidade política organizada em Estado. Nem as ilhas, embora escapando a esse enquadramento de multiplicidade natural, conseguem sempre obter e manter uma unidade política (Santo Domingo e Haiti ou Timor), ou que nem sempre desejam tê-lo (Grã-Bretanha ou Chipre). Realidades históricas, produto da vontade das sociedades, que não profundas raízes impostas ou apenas decorrentes do meio natural. Embora haja sempre que respeitar – ou considerar – a natureza. “Os homens não evitam nunca totalmente, façam o que fizerem, o domínio do meio.” Podem utilizar mais ou menos as vantagens (ou desvantagens) das circunstâncias geográficas, ou tirar partido das possibilidades que a natureza lhes oferece (Febvre, 1922:383).

O que põe o problema histórico-geográfico das fronteiras entre os Estados – raias em Português mais antigo. Fernand Braudel avisa: “a história tende a radicar as fronteiras como se se tratasse de acidentes naturais, desde então incorporadas no espaço e difíceis de deslocar” (Braudel, 1988:281). O que provoca a retomada do velho e revelho argumento cómodo das fronteiras ditas naturais. Argumento que, afinal, apesar de muitas vezes invocado, não parece que alguém saiba exatamente em que consiste: são os rios, são as montanhas, são os desertos que marcam “naturalmente” as raias? Como se as separações entre Estados (ou mesmo entre regiões administrativas) estivessem traçadas – pré-traçadas na própria paisagem. Para além de uma utilização (e utilidade) política. Claro que a retórica é parte essencial da política... Argumento que, contudo, não parece ter sido uma verdadeira razão (Braudel, 1988:291). Fronteiras que também são marítimas, pois não se limitam às raias secas. O que implica também saber da pirataria e do corso, o que em território português no século XVI e seguintes se tornou deveras gravoso. Há que recordar que primeiro foram os ataques dos franceses, depois assaltos mais continuados e mais perigosos dos mouros e mouriscos. Se com arranjos diplomáticos (e muito dinheiro) as coisas se arranjaram com a França, mais dura foi a luta com os marroquinos e argelinos – sobretudo depois da expulsão dos mouriscos de Castela em 1609. Com ambos os conflitos foram graves as perdas: sofreu rudemente o comércio, nas rotas do Norte às mãos dos franceses; e as populações costeiras do Sul e Ilhas com os roubos e depredações dos norte-africanos.

Mas se a fronteira do território peninsular se encontrava fixada desde 1297 (Tratado de Alcanizes), ainda muito havia a fazer para bem delimitar a designada América Portuguesa. O que ocorreu como consequência dos tratados entre Portugal e Espanha no século XVIII (Madrid em 1750 e Santo Ildefonso em 1777). Sem, contudo, se ter evitado uma guerra com os guaranis escorraçados do território dos Sete Povos das Missões (1754-1756). As demarcações exigiram expedições para que foram contratados geógrafos sabedores – primeiro, estrangeiros, depois

nacionais já formados pela Universidade de Coimbra (adrede reformada em 1772). Mas se alguma atenção os expedicionários prestaram aos acidentes naturais – nomeadamente aos rios e às dificuldades que tiveram que vencer para chegar aos limites acordados – mais lhes interessou a demarcação por meio de observações astronómicas. Expedições já verdadeiramente científicas. O que obrigou ao uso de instrumentos de observação e medição, e ainda de tabelas e efemérides astronómicas indispensáveis para a marcação da longitude. Já então a observação dos satélites de Júpiter servia para o bom registo matemático – e dito mesmo geográfico. Apesar de todas as dificuldades – e recursos escassos nas selvas equatoriais – os métodos científicos foram respeitados. Métodos aprendidos na boa matemática académica acrescentados com a prática de observações que o estudo da astronomia científica implicava. De par com a rigorosa marcação ia o registo cartográfico indispensável a um conhecimento e instalação política das fronteiras – que era o objetivo. Geografia matemática ao serviço da política. Geografia que já não era a descrição *de visu*, usada pelos humanistas, mas a medida exata requerida pelos homens da Luzes. Mas não menos a história era invocada constantemente nas negociações que conduziram aos acordos das novas fronteiras. Porque disso também se tratava. E era já tempo de dar por finda a validade do velho Tratado de Tordesilhas (1494). De boa memória, afinal.

Muito trabalho sobre as fronteiras ainda haveria de ser feito, já depois no Brasil império (1825-1889), tendo como grande organizador o político José Maria da Silva Paranhos, barão de Rio Branco (1845-1912). Ele se encarregou de dirigir a pesquisa histórica e cartográfica que permitiu acordos com os vizinhos de modo a definir o território em toda a sua dimensão. Em que trabalharam portugueses contratados para a recolha e organização de documentos justificativos das pretensões brasileiras. Porque para os nacionalismos a fronteira revela-se decisiva. Um diplomata escreveu: “Por toda da parte a fronteira é o continente do conteúdo nacional. A fronteira completa, define e especifica o país, sede de um povo organizado” (Soares, 1973:3). História e Geografia, uma vez mais e sempre. Como de história e geografia se tratou quando em finais do século XIX houve que defender as colónias africanas das ambições belgas, francesas, inglesas e alemãs. Por isso nas diligências diplomáticas que Portugal teve de empreender colaboraram ativamente Jaime Batalha Reis como geógrafo e Luciano Cordeiro como historiador. Tendo na retaguarda o labor que desde 1875 se deveu à Sociedade de Geografia de Lisboa e aos seus eruditos associados.

Por tudo isso, não é de estranhar que quando as Faculdade de Letras são fundadas pela República, em 1911, as licenciaturas em História e Geografia aparecessem acopladas. Se poucos ainda eram os historiadores, menos ainda os geógrafos. Mas foi assim que se iniciaram os trabalhos e se afinaram os métodos de investigação que nos deram depois profissionais competentes cultores dessas disciplinas científicas – mais depressa em História do que em Geografia. Que

trabalharam autonomamente, sem, todavia, descurarem dominar os saberes que uns e outros foram desenvolvendo. Sem o que não haveria História digna desse nome sem Geografia, como não se sustentaria uma Geografia na ignorância da História.

Braga, 7 de setembro de 2016
Joaquim Romero Magalhães
Prof. Jubilado da Universidade de Coimbra

Bibliografia

- ABREU, J. Capistrano de, 1928. *Capítulos de Historia Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu – Typographia Leuzinger.
- ANDRADE, Manuel Correia de, 1992. *Geografia Ciência da Sociedade. Uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Editora Atlas S. A..
- BRAUDEL, Fernand, 1988. *L'Identité de la France. Espace et Histoire*. Paris: Arthaud – Flammarion.
- BRAUDEL, Fernand, 1997. *Les ambitions de l'Histoire*. Paris: Editions de Fallois.
- CORTESÃO, Jaime, 1995. *Portugal a Terra e o Homem*. 3ª ed.. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.
- Diários de viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida*, 1944. Nota-prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde – Instituto Nacional do Livro.
- FEBVRE, Lucien, 1922. *La terre et l'évolution humaine. Introduction géographique à l'histoire*. Paris: La Renaissance du Livre.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, 2009. *Capítulos de Expansão Paulista*. Org. Laura de Mello e Souza e André Sekkel Cerqueira. São Paulo: Companhia das Letras.
- KRETSCHMER, Konrad, 1942. *Historia de la Geografía*. 3ª ed.. Trad.. Barcelona Editora Labor.
- LA BLACHE, Vidal de, 1946. *Princípios de Geografia Humana*. Trad. Alfredo Fernandes Martins. Lisboa: Cosmos.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, 2014. "Saberes e política: os astrónomos em Mato Grosso — 1782-1789", in *Formas de Império. Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Pax & Terra.
- MORAES, Antonio Carlos Robert, 2000. *Bases da formação territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. São Paulo: Hucitec.
- MORAES, Antonio Carlos Robert, 2015. "O Barão do Rio Branco e a Geografia", *Terra Brasilis* (Nova Série) [Online], 5 | 2015, posto online no dia 17 Dezembro 2015, consultado a 30 Agosto 2016. URL : <http://terrabrasilis.revues.org/1546> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.1546.
- NORDMAN, Daniel, 1998. *Frontières de France. De l'espace au territoire XVIe – XIXe siècle*. Paris: Éditions Gallimard.
- PLANHOL, Xavier de, 1988. *Géographie Historique de la France*. Paris: Fayard.
- RAFFESTIN, Claude, LAPRENO, Dário e PASTEUR, Yvan, 1995. *Géopolitique et histoire*. Lausanne: Payot.
- RAISON, Jean-Pierre, 1978. "Géographie Historique", in Le Goff, Jacques (dir.), *La Nouvelle Histoire. Les Encyclopédies du Savoir Moderne*. Paris: CEPL.
- RIBEIRO, Orlando, 1987. *A formação de Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- RIBEIRO, Orlando, 1994. *Opúsculos geográficos. V volume. Temas urbanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SOARES, José Carlos de Macedo, 1939. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.

SOARES, Teixeira, 1973. *História da Formação das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora.

VIANA, Hélio, 1958. *História Diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editora.